

Dívida estadual cresce

Dívida Pública

O polêmico lançamento de títulos realizado por Santa Catarina fez com que a dívida global dos estados e municípios em papéis públicos (dívida mobiliária) registrasse, em outubro, o maior aumento mensal deste ano. Segundo divulgou ontem o Banco Central, o crescimento foi de 3,05%, o que elevou o endividamento mobiliário estadual e municipal para R\$ 49,9 bilhões. Até então, o maior aumento tinha sido de 2,57%, no mês de junho.

“Esse crescimento, acima da taxa Selic acumulada no mês de outubro, que foi de 1,86%, se deve basicamente ao aumento do saldo da dívida do Estado de Santa Catarina”, explicou o BC, no seu boletim mensal sobre o endividamento dos Estados e municípios. A taxa Selic, uma referência comparativa tomada pelo BC, reflete os juros médios cobrados nas operações realizadas no mercado aberto com títulos emitidos pelo governo federal.

A dívida mobiliária de Santa Catarina cresceu, num único mês, 79,9%, passando de R\$ 778 milhões, em setembro, para R\$ 1,4 bilhão em outubro. Isso ocorreu, principalmente, em decorrência da emissão de títulos sob justificativa de que o Estado precisava dos recursos para pagamento de precatórios (dívidas originados por decisões judiciais). A Constituição permitiu que os precatórios resultantes de decisões judiciais transitadas em julgado até 1988 — e somente aqueles — fossem objeto de novas emissões de títulos de dívida por Estados e Municípios, fora dos limites normais estabelecidos pelo Senado.

Do total do endividamento mobiliário dos Estados e municípios, 19,9%, ou R\$ 9,9 bilhões correspondem a títulos emitidos com base na

mesma justificativa do governo catarinense. Em Santa Catarina, os precatórios passaram a representar, em outubro, 43,4% da dívida mobiliária estadual. No caso da Prefeitura de São Paulo, o peso dos precatórios na formação da dívida é ainda maior: 68,4%. O Estado de São Paulo, cuja dívida mobiliária era de R\$ 18,07 bilhões em outubro, já emitiu, em valores corrigidos, R\$ 4,74 bilhões (26%) somente sob a alegação de necessidade de recursos para pagamentos dessas dívidas judiciais.

EMPRÉSTIMOS

De janeiro a outubro, o Banco Central autorizou mais empréstimos bancários a estados e municípios do que em todo o ano passado (R\$ 4,7 bilhões contra R\$ 2,4 bilhões, ou 4,18% a mais). O volume das autorizações concedidas apenas em outubro, entretanto, caiu 26,8% em relação a setembro e ficou em R\$ 335,6 milhões.

Segundo o próprio BC, o crescimento no período de janeiro a outubro concentrou-se nos estados que, sozinhos, receberam autorizações de R\$ 3,7 bilhões. Isso ocorreu porque o programa de ajuste fiscal do governo abriu a possibilidade de os governadores alongarem o prazo das operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) para as chamadas operações de dívida fundada — com prazo superior a um ano.

As prefeituras das capitais receberam do BC autorização para contratarem R\$ 486,2 milhões em empréstimos de longo prazo. As outras prefeituras receberam autorizações num valor de R\$ 559,08 milhões para novas operações, também de longo prazo.